

J. Freitas



Efraim Morais espera que o ministro da Fazenda confirme a data exata do depoimento

Ministro Palocci deve depor ainda este mês

O presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Morais, confirmou que o ministro da Fazenda deverá depor, na qualidade de convidado, entre os dias 24 e 27 de janeiro. Até lá, a comissão tentará definir uma data. Caso Palocci não confirme o dia do depoimento, o senador adiantou que “não existirá outra saída senão votar o requerimento de convocação”. **Página 4**

Agenda: sub-relatoria ouve representantes da Prece

Depoimento versará sobre a suspeita de que o fundo de pensão ligado à Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro participou de operações para beneficiar clientes privados e corretoras, em detrimento do fundo. **Página 2**

Comissão deve questionar ministro da Justiça sobre denúncia envolvendo o publicitário

CPI quer explicações para nova conta de Duda

A CPI dos Correios estuda uma possível convocação do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Ele pode ser instado a dizer se sabia da existência de uma segunda conta do publicitário Duda Mendonça no exterior, conforme publicado pela revista *Veja* desta semana. Parlamentares reclamam das dificuldades legais que a CPI vem enfrentando para ter acesso às informações referentes ao sigilo bancário do publicitário. A senadora Ideli Salvatti, por sua vez, defendeu o procedimento adotado pelo Ministério da Justiça, que obedece regras internacionais. **Página 3**

Márcio Kolumbe



Duda Mendonça pode ter bloqueada nesta semana suposta conta num banco de Miami

Para presidente do Coaf, falta integração com autoridades

Em depoimento à CPI dos Correios, diretor do BC nega falta de fiscalização em empréstimos a Marcos Valério. **Página 3**

Delcídio e Izar se reúnem para evitar "acordão" entre partidos

Objetivo é traçar estratégia contra arranjos para salvar mandatos de deputados acusados de receber dinheiro do valerioduto. **Página 4**

Dirigentes do IRB correm risco de indiciamento por improbidade

Entre eles pode estar o ex-presidente Lídio Duarte, afirma o sub-relator que investiga as atividades do instituto, o deputado Carlos Willian. **Página 2**

Genildo Magalhães



Ministro apresenta a Renan candidato à Ancine

O ministro da Cultura, Gilberto Gil, apresentou ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, o candidato oficial à vaga de diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine), o cineasta Leopoldo Nunes, que foi secretário do Audiovisual do Ministério da Cultura e atualmente trabalha na Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom).

Página 2

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Sub-relatoria ouve hoje representantes da Prece

Às 14h, a Sub-Relatoria de Fundos de Pensão da CPI dos Correios ouve dois representantes da Prece, previdência complementar da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro: Pedro Evandro Ferreira e Magda das Chagas Pereira. A Prece está entre os fundos de pensão suspeitos de participar de operações que teriam beneficiado clientes privados e corretoras, em detrimento dos fundos, como apontou o relatório da CPI apresentado no ano passado.

Comissão investiga doações da Usiminas

A Sub-Relatoria da CPI dos Correios que investiga o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) ouve representantes da Usiminas e da estatal Furnas a partir das 10h. A Usiminas é acusada de doar dinheiro para campanhas políticas por meio das agências de Marcos Valério. Sobre Furnas recaem suspeitas acerca da instalação de um esquema de arrecadação ilegal para partidos políticos.

Delcídio e Izar debatem combate a "acordão"

O presidente da CPI dos Correios, Delcídio Amaral (PT-MS), reúne-se hoje às 10h com o presidente do Conselho de Ética da Câmara, Ricardo Izar (PTB-SP), para discutir denúncias de que haveria um acordo para deixar impunes os deputados processados pela Câmara.

Provável diretor da Agência Nacional do Cinema diz que já existe acordo para prorrogar por mais dez anos a Lei do Audiovisual



Fotos: Genádio Magela

Ministro aproveita visita para apoiar a convocação extraordinária do Congresso

Gil apresenta a Renan Calheiros candidato a diretor da Ancine

O ministro da Cultura, Gilberto Gil, apresentou ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, o candidato oficial à vaga de diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine), o cineasta Leopoldo Nunes, que já foi secretário do Audiovisual do Ministério da Cultura e atualmente trabalha na Secretaria de Comunicação (Secom) da Presidência da República.

Segundo o ministro, a visita teve o propósito de ouvir as recomendações de Renan sobre o que Leopoldo Nunes deve fazer para "aparar as arestas" políticas em relação à sua indicação, uma vez que deve passar por uma sabatina na Comissão de Educação (CE), ainda sem data marcada.

– São as recomendações de pra-

xe, entre elas a de que o candidato visite os líderes partidários, veja quem será o relator e se prepare para a sabatina. Não se trata de apoio – disse o ministro, frisando que o presidente do Senado "não tem que apoiar candidatos".

Leopoldo Nunes afirmou que já existe um acordo para prorrogar por mais dez anos a Lei do Audiovisual, pois é o instrumento que tem garantido a produção de cinema de longa-metragem no Brasil.

Falando como cidadão, Gilberto Gil opinou sobre a convocação extraordinária do Congresso Nacional. Ele ressaltou que, no momento em que o Congresso tem matérias a serem apreciadas, "é o caso, os parlamentares deveriam comparecer e trabalhar".

CPI vai pedir indiciamento de dirigentes do IRB por improbidade

O sub-relator do IRB na CPI dos Correios, deputado Carlos Willian (PTC-MG), anunciou ontem que pretende pedir o indiciamento de dirigentes do IRB Brasil Resseguros S.A. por improbidade administrativa quando entregar seu relatório, em aproximadamente 30 dias. Entre eles, pode estar o ex-presidente da estatal Lídio Duarte. A declaração foi dada logo após o depoimento de Carlos Murilo Goulart Barbosa Lima, ex-diretor técnico do IRB.

– Houve tráfico de influência e o pagamento feito à Guaratinguetá foi indevido – concluiu o deputado, depois das explicações do ex-diretor do IRB sobre a indenização que a estatal pagou à Companhia de Fiação e Tecidos Guaratinguetá.

Barbosa Lima negou pressões políticas ou qualquer tipo de irregularidade no pagamento de R\$ 14 milhões do seguro da Guaratinguetá. Carlos Willian observou, no entanto, que havia pareceres de especialistas da área e da própria assessoria ju-

rídica do IRB desaconselhando o pagamento do seguro, cuja apólice foi contratada junto à Companhia de Seguros Aliança da Bahia com data retroativa.

O ex-diretor explicou que o seguro estava em processo de renovação quando ocorreu um incêndio na empresa, mas o contrato ainda não havia sido concluído, pois a seguradora estava condicionando a renovação a exigências técnicas. A apólice acabou sendo feita com data retroativa, mas a Aliança recusou-se a pagar a indenização e o caso foi para a Justiça.



Barbosa Lima nega irregularidades em pagamento de seguro à Guaratinguetá

ACM Neto garante que relatório final não excluirá fundos de pensão

O deputado federal Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), responsável pela Sub-Relatoria de Fundos de Pensão da CPI dos Correios, negou ontem que as atividades da comissão possam ser encerradas entre o final de fevereiro e o início de março, deixando para depois dessa data a apresentação do relatório de sua sub-relatoria.

– Isso está fora de cogitação.

O relatório final tem que ser completo e não pode excluir os fundos de pensão – afirmou o parlamentar, acrescentando que o Regimento Interno "autoriza a CPI dos Correios a trabalhar até 15 de abril". Ele argumentou que não há "ambiente" para votar um relatório entre o final de fevereiro e início de março, para depois votar outro que trate apenas dos fundos de pensão.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papató Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Thâmara Brasil

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Márcio Thomaz Bastos seria chamado a prestar esclarecimentos sobre a suposta existência de uma segunda conta do publicitário Duda Mendonça no exterior

Presidente do Coaf diz que falta integração entre órgãos do governo

Em depoimento ontem à CPI dos Correios, o presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Antônio Gustavo Rodrigues, disse que falta integração do órgão com o sistema financeiro e autoridades policiais e judiciais para apurar crimes de corrupção. Antônio Gustavo depôs na Sub-Relatoria de Normas e Combate à Corrupção como convidado.

Ele afirmou que os trabalhos do Coaf têm sido satisfatórios, com base nas limitações do órgão, que é vinculado ao Ministério da Fazenda. Mas, para ele, é fundamental o intercâmbio do Coaf com as demais instituições.

– Precisa haver um maior intercâmbio entre as instituições financeiras, o Coaf, a Polícia Federal e o Ministério Público para que as informações sobre suspeitas de movimentações



Célio Azeredo

Antônio Gustavo reivindica maior intercâmbio com sistema financeiro

ilícitas de dinheiro possam ser cruzadas – ressaltou.

No caso das contas de Marcos Valério, Antônio Gustavo observou que, meses antes que as denúncias fossem feitas, o Coaf já sabia sobre os saques, mas não havia dados complementares sobre qualquer tipo de suspeitas e, por isso, as informações “ficaram soltas” no início.

Diretor do Banco Central nega falha de fiscalização em empréstimos a Valério

O diretor de Fiscalização do Banco Central (BC), Paulo Sérgio Cavalheiro, defendeu ontem na reunião da Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção da CPI dos Correios os procedimentos adotados pela instituição quanto aos empréstimos tomados pelo empresário Marcos Valério nos bancos Rural e BMG. Ele ressaltou que não cabe ao BC autorizar operações de crédito nem verificar a quem o dinheiro é destinado ou o uso que se faz dele. A fiscalização, segundo o diretor, verifica o cumprimento de normas nas operações já realizadas. No caso dos empréstimos a Marcos Valério, a avaliação do BC é de que as operações oferece-

ram “um risco patrimonial” e que exigiriam “provisionamento de 100%”. O diretor informou que foi aberto processo administrativo contra os bancos.

O sub-relator, deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS), questionou a eficiência do BC quanto à punição de bancos que não notificam o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) sobre operações suspeitas. De acordo com o deputado, a CPI dispõe de documentos que mostram que o Banco do Brasil e o Bradesco só comunicaram ao Coaf movimentações milionárias das empresas de Marcos Valério, realizadas nos últimos anos, depois que estourou o escândalo do mensalão.

Murad afirma que não vai apresentar relatório paralelo na CPI dos Correios

O deputado federal Jamil Murad (PCdoB-SP), ao contrário do que a imprensa chegou a noticiar, afirmou que não pretende apresentar qualquer relatório paralelo na CPI dos Correios, mas espera que o relatório oficial, sob a coordenação do deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), seja completo e incorpore todas as informações geradas pelo longo processo de investigação. A declaração foi feita ontem durante reunião da Sub-Relatoria de Normas e Combate à Corrupção

da CPI dos Correios, que ouviu o depoimento de Antônio Gustavo Rodrigues, presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

Em sua intervenção, Murad pediu atenção para as denúncias que envolvem o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) com o esquema de caixa dois, quando se candidatou ao governo de Minas Gerais.

– Nem que se queira, a CPI não vai se transformar em *pizza* – frisou o deputado.

Ministro da Justiça pode ser convocado pela CPI dos Correios

A CPI dos Correios estuda a possibilidade de convocar o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para prestar esclarecimentos sobre a suposta existência de uma segunda conta do publicitário Duda Mendonça no exterior, revelada no último fim de semana pela revista *Veja*. A declaração foi feita ontem pelo deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS), sub-relator de Normas de Combate à Corrupção. De acordo com Lorenzoni, a hipótese será analisada pela assessoria jurídica do Senado.

O deputado disse que causou estranhamento a revelação do presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Antônio Gustavo Rodrigues, em sua apresentação à sub-relatoria,

segundo a qual o Ministério da Justiça teria enviado ao órgão, na última sexta-feira, às 18h – véspera da divulgação da reportagem pela *Veja* – requerimento solicitando informações sobre, justamente, uma possível conta de Duda Mendonça nos Estados Unidos.

– Isso foi uma manobra para tentar proteger o ministério. É evidente que, àquela altura, a matéria da *Veja* estava pronta – concluiu Lorenzoni.

O sub-relator também reclamou das dificuldades legais que a CPI vem enfrentando para acessar as informações referentes ao sigilo bancário do publicitário. Para ele, é um absurdo que a CPI acabe tomando conhecimento de dados importantes como esses por intermédio da imprensa.

Relatório

O deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), sub-relator de Fundos de Pensão, informou que o PFL exige que haja relatório único para a CPI dos Correios.

Ele disse que já houve conversa nesse sentido com o relator, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), e há boa vontade dos membros da comissão para a elaboração de um relatório conclusivo, completo e objetivo, que relate tudo o que aconteceu no trabalho do colegiado.

Serraglio lembrou que a CPI pode funcionar até o dia 15 de abril, e que, portanto, não é necessário ter pressa para construir um entendimento entre os parlamentares.

Alvaro Dias sugere multas mais pesadas para bancos

Alvaro Dias (PSDB-PR) sugeriu multas mais pesadas para instituições financeiras que não denunciarem ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), como determina a lei, movimentações que configurem suspeita de lavagem de dinheiro (movimentações em altos valores em dinheiro vivo, por exemplo). O senador destacou que o trabalho do Coaf permitiu comprovar movimentações financeiras atípicas feitas pelo empresário Marcos Valério, mas lembrou que nem todas as práticas suspeitas, posteriormente comprovadas pela CPI, foram identificadas pelo Coaf, como as aplicações da corretora Guaranhuns.



Roosevelt Pinheiro

Alvaro Dias

Deputado critica posição do Coaf sobre contas no exterior

O deputado Eduardo Paes (PSDB-RJ), relator-adjunto da CPI dos Correios, afirmou, ontem, logo após a apresentação do presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Antônio Gustavo Rodrigues, à Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, que a investigação do caso Duda Mendonça não parece ser prioridade para o órgão.

O presidente do Coaf alegou que o conselho vem tentando conseguir informações há meses sobre os dados bancários do publicitário, mas ainda não obteve nenhuma resposta. Para Eduardo Paes, o órgão deveria “ficar em cima”, “perturbando a paciência” das autoridades norte-americanas.



Márcia Kallume

Eduardo Paes

Ideli defende procedimento do Ministério da Justiça

Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que o processo relativo à existência de uma segunda conta corrente do publicitário Duda Mendonça nos Estados Unidos corre em sigilo e está sendo comandado pelo Ministério Público Federal e pela Procuradoria Geral da República (PGR). Segundo a senadora, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras nada poderia fazer, uma vez que há um acordo internacional e os procedimentos têm de seguir as normas desse acordo. As dúvidas poderão ser esclarecidas, disse Ideli, com o representante do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), que deve comparecer à CPI dos Correios na terça-feira.



Célio Azeredo

Ideli Salvatti

Para Fruet, autoridades americanas não colaboram

O sub-relator de Fontes Financeiras da CPI dos Correios, deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), lamentou, ontem, a falta de colaboração das autoridades do sistema financeiro norte-americano com o trabalho que vem sendo desenvolvido pela comissão.

Segundo Fruet, desde agosto, quando veio à tona a existência da primeira conta no exterior do publicitário Duda Mendonça, responsável pela campanha do presidente Lula, a CPI vem tentando fazer contato com o procurador-geral de Nova York e com a representante do Departamento de Justiça americano, mas os parlamentares não conseguiram, até hoje, a confirmação de uma audiência.



Jane Araújo

Gustavo Fruet

Segundo o presidente da comissão, senador Efraim Morais, ministro da Fazenda pode ser ouvido como convidado entre os dias 24 e 27 deste mês

Palocci deve comparecer à CPI dos Bingos até o fim de janeiro

O presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Morais (PFL-PB), confirmou ontem que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, deverá depor, na qualidade de convidado, entre os dias 24 e 27 de janeiro. Efraim adiantou que, até lá, a presidência da CPI irá procurar entrar em entendimento com o ministro para definir a data. Caso Palocci não confirme o dia do depoimento, no entanto, o senador adiantou que “não existirá outra saída senão colocar em votação o requerimento de convocação”.

Efraim lembrou que o próprio ministro se comprometeu a comparecer para depor durante a segunda quinzena de janeiro. Em dezembro, Palocci chegou a encaminhar carta à presidência da comissão de inquérito solicitando a ampliação do prazo para depor, justificando que sua agenda estaria lotada, argumento que foi aceito tanto pela oposição como pela base do governo.



Gerardo Magela

Efraim: Palocci se comprometeu a depor neste mês

O ministro terá que explicar, entre outras coisas, denúncias de corrupção durante o período em que foi prefeito da cidade de Ribeirão Preto (SP) e que dizem respeito a pagamento mensal de propina por parte de alguns empresários. O dinheiro arrecadado, conforme as acusações, era repassado aos cofres do PT para ser usado em futuras campanhas eleitorais. Palocci nega as acusações.

Efraim também afirmou que, na próxima semana, a CPI dos Bingos deverá iniciar a leitura e a votação do relatório parcial que trata da renovação, em abril de 2003, do contrato, no valor de R\$ 650 milhões, entre a Caixa Econômica Federal e a multinacional GTech, destinado a operacionalizar toda a rede lotérica do país, incluindo a apuração dos ganhadores, o rateio e o repasse de prêmios.

A renovação foi feita por 25 meses.

No relatório parcial devem aparecer os nomes do ex-assessor da Casa Civil da Presidência da República Waldomiro Diniz e do advogado Rogério Tadeu Buratti. Ambos foram citados durante as investigações como sendo os principais intermediários de um possível pagamento de propina pela GTech para a renovação do contrato com a Caixa.

Comissão retoma depoimentos na próxima semana

A Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos vai ouvir na terça-feira o economista Paulo de Tarso Venceslau, ex-secretário de Finanças das prefeituras de São José dos Campos e de Campinas (SP). Ele acusa o advogado Roberto Teixeira, compadre e amigo do presidente Lula, de ter operado, na década de 90, um esquema para beneficiar a empresa Consultoria para Empresas e Municípios (Cpem) em prefeituras do PT.

A comissão se reúne na próxima quarta-feira para leitura e discussão do relatório parcial do caso GTech, empresa multinacional de gerenciamento de loterias cujos contratos com a Caixa Econômica Federal são suspeitos de irregularidades.

Na quinta-feira, a CPI ouve Éder Eustáquio Soares Macedo, o motorista do Omega que teria transportado, em julho de 2002, as três caixas de uísque suposta-

mente contendo os US\$ 3 milhões vindos do governo de Cuba para financiar campanhas eleitorais do PT. O motorista também teria prestado serviço para Rogério Buratti e Vladimir Poletto em Brasília. Ainda na quinta-feira, a CPI ouve os dois promotores de Campinas, Ricardo José Gasques de Almeida Silveiras e Fernando Pereira Vianna Neto, que investigam o assassinato do prefeito Toninho do PT.

CPI dos Correios e Conselho de Ética da Câmara tentarão evitar "acordão"

O presidente do Conselho de Ética da Câmara, deputado Ricardo Izar (PTB-SP), reúne-se hoje, às 10h, com o presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), a fim de traçar estratégia para evitar acordos entre os partidos que venham a salvar mandatos de deputados acusados de receber dinheiro de Marcos Valério.

O encontro vai ocorrer no gabinete de Izar no Conselho de Ética, antes do depoimento do deputado Mário Negromonte (PP-BA), que começa às 10h30. Negromonte vai falar como testemunha de defesa do deputado Pedro Corrêa (PP-PE).

– Não acredito que exista esse movimento de “acordão”, mas precisamos levar adiante um trabalho de prevenção. Seria desastroso para a imagem da Câmara caso um acordo espúrio de qualquer espécie viesse a se concretizar. Pretendo procurar as lideranças partidárias e as bancadas para esclarecer todos os pontos dos relatórios, sanando quaisquer dúvidas, assim que me forem sendo entregues – destacou Izar.

O presidente do conselho confirmou que será o relatório do deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), sobre o caso de Pedro Corrêa, o primeiro a ser lido no plenário do Conselho de Ética, na próxima terça-feira. Se não houver pedido de vista do parecer, a votação pode se realizar no dia seguinte.

O deputado pelo PTB negou haver qualquer manobra para dar preferência a algum processo, na

seqüência da leitura dos relatórios. Segundo ele, o critério de votação é a ordem do término de cada processo. No entanto, admitiu estar sofrendo pressões de vários acusados que querem ficar no final da fila, por entenderem que serão beneficiados com isso.

Nesse sentido, o deputado lembrou ainda que o presidente da Câmara, deputado Aldo Rebelo, já avisou que colocará os processos para exame e votação no Plenário da Câmara “na estrita ordem de sua votação final no Conselho de Ética”.

Conforme Izar, mais três processos serão entregues à presidência do conselho no decorrer desta semana. São os relatórios relacionados aos casos dos deputados Professor Luizinho (PT-SP), Roberto Brant (PFL-MG) e Wanderval Santos (PL-SP).

– Se isso ocorrer, esses serão os próximos a serem julgados – garantiu.



José Cruz

Delcídio Amaral irá encontrar-se com o deputado Ricardo Izar

Reforma eleitoral proposta pelo TSE pode ser votada em 2006

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá votar ainda neste semestre, em decisão terminativa, o Projeto de Lei 389/05 – principal peça da reforma eleitoral proposta pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que teve como primeiro signatário o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Combater os crimes eleitorais com penas mais severas é o objetivo da proposta, que prevê quatro tipos de punição: prisão de três a dez anos, perda de direitos políticos, multa e perda de bens, esta última um novo modelo de sanção, que consistirá na conversão do valor da multa aplicada quando o condenado solvente deixar de pagá-la ou frustrar sua execução. A eficácia dessa punição será garantida pelo arresto dos bens suficientes para o pagamento, revertendo-se esses valores para o Fundo Penitenciário Nacional.

Demostenes condena indicações políticas para ministro do STF

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) acusou o presidente Lula de usar critério político para indicar os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Na opinião dele, a intenção de nomear o ex-presidente do PT, Tarso Genro, “é péssima para a nação”.

– É óbvio que políticos podem desempenhar bem o papel, a exemplo de Paulo Brossard, Aliomar Baleeiro e Bento de Farias, entre outros. O que não se pode é transformar a exceção em regra – protestou.

O senador informou que as oposições vão acelerar a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que atribui aos órgãos de representação da magistratura, ao Ministério Público e à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) a responsabilidade por eleger os candidatos entre os quais o STF escolherá o ministro a ser nomeado pelo presidente da República, por voto secreto e maioria absoluta.

PFL vai votar contra MP que cria novos cargos no Executivo

O presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), afirmou que o partido vai posicionar-se de forma contrária à MP 269/05, que cria mais de mil cargos nas agências reguladoras, nas carreiras de diplomata e de ciência e tecnologia. A informação foi anunciada após reunião de líderes, vice-líderes e parlamentares do PFL que integram as CPIs em andamento no Congresso para discutir o posicionamento do partido em relação às matérias da convocação extraordinária.

Segundo Bornhausen, o PFL irá tomar medidas jurídicas e legislativas contrárias à MP, uma vez que aumenta as despesas públicas, o que revela, conforme o senador, “o espírito de ganância deste governo”. Constam também da pauta da convocação extraordinária, entre outros projetos, o que cria a Super-Receita e o que institui o Fundeb.